

EDP Smart SPE Ltda.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Quotistas e diretores
EDP Smart SPE Ltda. (nova denominação da AES Tietê Inova Soluções de Energia Ltda.)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EDP Smart SPE Ltda. (nova denominação da AES Tietê Inova Soluções de Energia Ltda.) (Empresa), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da EDP Smart SPE Ltda. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

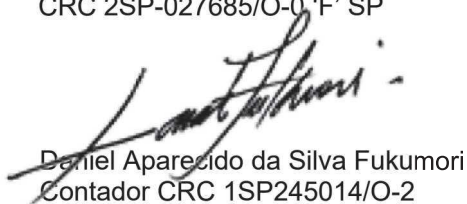


- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 'F' SP



Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

EDP SMART SPE LTDA.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)



ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.792	43	2.807	54
Clientes	4	1.540	1.488	1.540	1.488
Imposto de renda e contribuição social a compensar	5	332		334	
Outros tributos compensáveis	5	4.758	5.532	4.758	5.532
Outros créditos	8	171	181	172	184
Total do Ativo Circulante		9.593	7.244	9.611	7.258
Não circulante					
Clientes	4	38.192		38.192	
Imposto de renda e contribuição social a compensar	5			21	22
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6		1.555		1.555
Adiantamento para futuro aumento de capital	7		40		
		38.192	1.595	38.213	1.577
Investimentos	10	8.083	8.642	7.869	
Imobilizado	11	102.912	141.455	107.847	146.390
Intangível	12	228	228	228	8.325
		111.223	150.325	115.944	154.715
Total do Ativo Não circulante		149.415	151.920	154.157	156.292
TOTAL DO ATIVO		159.008	159.164	163.768	163.550

PASSIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Circulante					
Fornecedores	13	640	23.854	1.183	23.885
Outros tributos a recolher	5	398	1.044	425	1.071
Arrendamentos e aluguéis	9	1.288	88	1.700	609
Multas contratuais			805		805
Ressarcimento	14	2.976	1.402	2.976	1.402
Outras contas a pagar	8	12	15	12	15
Total do Passivo Circulante		5.314	27.208	6.296	27.787
Não circulante					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	6.342		6.342	
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	2.080	49.140	2.080	49.140
Arrendamentos e aluguéis	9	2.416	801	6.194	4.608
Total do Passivo Não circulante		10.838	49.941	14.616	53.748
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	15.1	141.011	87.351	141.011	87.351
Outros resultados abrangentes		17	17	17	17
Lucro (Prejuízo) acumulados		1.828	(5.353)	1.462	(5.353)
Total do Patrimônio líquido		142.856	82.015	142.856	82.015
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		159.008	159.164	163.768	163.550

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP SMART SPE LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receitas	16	41.564	5.519	41.564	5.519
Custos	17				
Custo de operação e manutenção		(4.115)	(2.512)	(4.115)	(2.512)
Custo de arrendamento		(23.177)	(3.024)	(23.177)	(3.024)
		<u>(27.292)</u>	<u>(5.536)</u>	<u>(27.292)</u>	<u>(5.536)</u>
Resultado bruto		<u>14.272</u>	<u>(17)</u>	<u>14.272</u>	<u>(17)</u>
Despesas e Receitas operacionais	17				
Despesas gerais e administrativas		(364)	(607)	(328)	(618)
Outras despesas e receitas operacionais		(1.935)		(1.935)	(2.453)
		<u>(2.299)</u>	<u>(607)</u>	<u>(2.263)</u>	<u>(3.071)</u>
Resultado das participações societárias	10	<u>(370)</u>	<u>(2.657)</u>		
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		<u>11.603</u>	<u>(3.281)</u>	<u>12.009</u>	<u>(3.088)</u>
Resultado financeiro	18				
Receitas financeiras		265	51	265	51
Despesas financeiras		(386)	(92)	(792)	(285)
		<u>(121)</u>	<u>(41)</u>	<u>(527)</u>	<u>(234)</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<u>11.482</u>	<u>(3.322)</u>	<u>11.482</u>	<u>(3.322)</u>
Tributos sobre o lucro	19				
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(4.301)	(32)	(4.301)	(32)
		<u>(4.301)</u>	<u>(32)</u>	<u>(4.301)</u>	<u>(32)</u>
Resultado líquido do exercício		<u>7.181</u>	<u>(3.354)</u>	<u>7.181</u>	<u>(3.354)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP SMART SPE LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado líquido do exercício	7.181	(3.354)	7.181	(3.354)
Outros resultados abrangentes				
<i>Hedge</i> de fluxos de caixa		17		17
Resultado abrangente do exercício	7.181	(3.337)	7.181	(3.337)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP SMART SPE LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 (Em milhares de reais)



	Capital social	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total Controladora	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	76.750	-	(1.999)	74.751	74.751
Aumento de capital aprovado em 15/01/2021	5.940			5.940	5.940
Aumento de capital aprovado em 11/06/2021	4.661			4.661	4.661
Prejuízo do exercício			(3.354)	(3.354)	(3.354)
Outros resultados abrangentes Hedge de fluxos de caixa		17		17	17
Saldos em 31 de dezembro de 2021	87.351	17	(5.353)	82.015	82.015
Saldos em 31 de dezembro de 2021	87.351	17	(5.353)	82.015	82.015
Aumento de capital - AGOE de 29/04/2022	53.660			53.660	53.660
Lucro líquido do exercício			7.181	7.181	7.181
Saldos em 31 de dezembro de 2022	141.011	17	1.828	142.856	142.856

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP SMART SPE LTDA.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		11.482	(3.322)	11.112	(3.322)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					
PIS, COFINS e ISS diferidos		(54)		(54)	
Depreciações e amortizações		3.446	2.213	3.446	2.213
Juros e atualizações monetárias dos Empréstimos a receber		(6)			
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos				(6)	
Arrendamentos e aluguéis - atualização monetária e AVP		279	77	684	270
Resultado de participações societárias		370	2.657		
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(5)	32	(5)	32
Outros		101		101	1.451
		<u>15.613</u>	<u>1.657</u>	<u>15.278</u>	<u>644</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais					
Clientes		(38.244)	(661)	(38.244)	(661)
Imposto de renda e contribuição social a compensar		(2.746)		(2.746)	
Outros tributos compensáveis		(230)	(2.873)	(230)	(2.873)
Outros ativos operacionais		192	178	564	178
		<u>(41.028)</u>	<u>(3.356)</u>	<u>(40.656)</u>	<u>(3.356)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais					
Fornecedores		17.893	2.448	18.405	2.479
Outros tributos a recolher		6.427	850	6.427	1.037
Outros passivos operacionais		3.583	(2.987)	3.583	(3.951)
		<u>27.903</u>	<u>311</u>	<u>28.415</u>	<u>(435)</u>
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais					
		<u>2.488</u>	<u>(1.388)</u>	<u>3.037</u>	<u>(3.147)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(283)		(284)	
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais					
		<u>2.205</u>	<u>(1.388)</u>	<u>2.753</u>	<u>(3.147)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Alienação de investimento			(584)		(584)
Adiantamento para futuro aumento de capital			(40)		
Aumento de capital social em subsidiárias			(1.841)		
Adições ao Imobilizado e Intangível		(5.781)	(56.093)	(5.781)	(56.107)
Empréstimos a receber		6		6	
		<u>(5.775)</u>	<u>(58.558)</u>	<u>(5.775)</u>	<u>(56.691)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento					
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Adiantamento para futuro aumento de capital		2.080	49.140	2.080	49.140
Aumento de capital social		4.520	10.601	4.520	10.601
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(281)	(84)	(825)	(195)
		<u>6.319</u>	<u>59.657</u>	<u>5.775</u>	<u>59.546</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento					
	21.1	<u>6.319</u>	<u>59.657</u>	<u>5.775</u>	<u>59.546</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa					
		<u>2.749</u>	<u>(289)</u>	<u>2.753</u>	<u>(292)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.792	43	2.807	54
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		43	332	54	346
		<u>2.749</u>	<u>(289)</u>	<u>2.753</u>	<u>(292)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1 Contexto operacional

A EDP Smart SPE Ltda. (Empresa, EDP Smart SPE ou Controladora) (Nota 1.1), é sociedade limitada de capital fechado, controlada integral da EDP Smart Serviços S.A. e possui sua sede no município de São José dos Campos, no estado de São Paulo.

A Empresa tem como objeto social a construção de sistemas para geração e gerenciamento de energia elétrica, através do estudo, planejamento, projeto, produção, comercialização, construção, execução, aluguel e operação de: (i) sistemas de soluções e produção de gerenciamento de energia, resultante do aproveitamento de recursos energéticos, tais como fontes renováveis solar, eólica, biomassa e hidráulica; (ii) sistemas de armazenamento de energia baseados em acumuladores eletroquímicos; (iii) sistemas de controle de energia elétrica e microrredes; (iv) planos e programas de pesquisa e desenvolvimento de novas fontes e vetores de energia; e (v) comercialização de produtos ou serviços relacionados à geração e/ou operação de energia elétrica.

A Empresa detém 100% das ações da Nova Geração Solar Ltda. (Nova Geração Solar), sociedade limitada de capital fechado, com sede localizada em São José dos Campos no estado de São Paulo, que tem como objeto social: (i) realizar parcerias comerciais e exercer outras atividades afins ou correlatas com o objeto social da Empresa; e (ii) atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral a empresas e clientes residenciais.

A Empresa detém também 100% das ações da Energia Solar I SPE Ltda. (Energia Solar I) (Nota 1.1), sociedade limitada de capital fechado, com sede no município de Bauru, estado de São Paulo. A Energia Solar I tem por objeto social a construção de sistemas para geração e gerenciamento de energia elétrica, através do estudo, planejamento, projeto, produção, comercialização, construção, execução, aluguel e operação de: (i) sistemas de soluções e produção de gerenciamento de energia, resultante do aproveitamento de recursos energético, tais como fontes renováveis solar, eólica, biomassa e hidráulica; (ii) sistemas de armazenamento de energia baseados em acumuladores eletroquímicos; (iii) sistemas de controle de energia elétrica e microrredes; (iv) planos e programas de pesquisa e desenvolvimento de novas fontes e vetores de energia; e (v) comercialização de produtos ou serviços relacionados à geração e/ou operação de energia elétrica.

1.1 Alteração na denominação social

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram deliberadas alterações das denominações sociais das empresas, conforme relacionadas abaixo:

Denominação antiga	Denominação atual	Data de Alteração
AES Tietê Inova Soluções de Energia II (Inova Soluções de Energia II)	Energia Solar I SPE Ltda. (Energia Solar I)	ACS - 04/01/2022
AES Tietê Inova Soluções de Energia (Inova Soluções de Energia)	EDP Smart SPE Ltda. (EDP Smart SPE)	ACS - 25/11/2022

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

A Administração da Empresa afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Empresa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de janeiro de 2023.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Empresa e suas controladas estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 20.1.1.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.7.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Mensuração da receita de serviços e arrendamento financeiro (Nota 4); Análise da redução ao valor recuperável (Nota 2.7); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 6); Direitos contratuais (Nota 10.1.1); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 11 e 12); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 20.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Empresa e de suas controladas, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Empresa e suas controladas (Nota 10).

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Empresa e suas controladas.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento das Controladoras nas suas controladas diretas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a suas controladas; e
- A data da demonstração financeira das controladas utilizada para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincide com a da Empresa.

As controladas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Empresa obteve o controle, e continuará sendo consolidada até a data que cessará tal controle.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



2.7 Redução ao valor recuperável

A Administração da Empresa revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Empresa é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Empresa identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração concluiu que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

2.8 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 15: CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	Atualização da referência ao CPC 00 sem alterar significativamente os requisitos do IFRS 3.	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2022

2.8.1 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição e distinção de estimativa contábil, esclarece a utilização de técnicas de mensuração e dados para a mesma.	IAS 8	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro - Revisão de Impostos diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias.	IAS 12	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade.	IFRS 17	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 20: CPC 26 (R1), CPC 11, CPC 27, CPC 15 (R1), CPC 23, CPC 40 (R1), CPC 49, CPC 21, CPC 32, CPC 37 (R1) e CPC 47	Em suma, as modificações decorrem de: (i) alterações de Classificação de Passivos como Circulantes ou Não circulantes; (ii) Adiantamento da Isenção temporária; (iii) Definição de Política Contábil; (iv) Divulgações de Políticas Contábeis; e (v) Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação.	IFRS 4/ IAS 28/ IAS 34/ IAS 8/ IAS 11/ IAS 16/ IAS 32/ IFRS 1/ IFRS 7 e IAS 26	Pronunciamento	01/01/2023
Revisão 21: CPC 37 (R1), CPC 15 (R1), CPC 31, CPC 40 (R1), CPC 48, CPC 47, CPC 26 (R1), CPC 03 (R2), CPC 27, CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 39, CPC 01 (R1), CPC 25, CPC 04 (R1), CPC 28 e CPC 50	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos decorrentes da emissão do CPC 50 – Contratos de Seguro, ou seja, IFRS 17 (2017), <i>Amendments to IFRS 17 (2020)</i> e <i>Initial Application of IFRS 17 e IFRS 9 - Comparative Information</i> (2021).	IAS 36/ IAS 7/ IAS 38/ IFRS 3/ IAS 28/ IAS 15/ IAS 1/ IAS 16/ IAS 40/ IFRS 5/ IAS 19/ IFRS 1/ IAS 32/ IFRS 7, IFRS 17 e IFRS 9	Pronunciamento	01/01/2023
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).	IAS 1 / IFRS 2	Pronunciamento	01/01/2024
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas / CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	IFRS 10 / IAS 28	Não informado no momento	Indeterminado

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Empresa e suas controladas estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



3 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	1.265	43	1.280	54
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	1.527	-	1.527	-
	1.527	-	1.527	-
Total	2.792	43	2.807	54

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

Em 31 de dezembro de 2022 os investimentos financeiros da Empresa estavam remunerados a taxa de 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Empresa e de suas controladas a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 20.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de Caixa da Empresa são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

4 Clientes

	Controladora e Consolidado					
	Circulante			Não circulante		
	Valores correntes			Valores não correntes		
	Corrente			Não corrente		
	A vencer	Corrente vencida	Valor líquido em	Valor líquido em	A vencer	Valor líquido em
Até 60 dias	Até 90 dias	31/12/2022	31/12/2021	Mais de 60 dias	31/12/2022	31/12/2021
Arrendamentos (Nota 4.1)						
Arrendamentos financeiros	1.027		1.027	1.373	38.192	38.192
Arrendamentos operacionais	458		458	-	-	-
Outros clientes	51	4	55	115	-	-
Total	1.536	4	1.540	1.488	38.192	38.192

Os saldos de Clientes são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente, pela taxa de financiamento de cada projeto, e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Empresa.

4.1 Arrendamentos a receber

O reconhecimento de receita dos contratos de arrendamento é referenciado no CPC 06 (R2) Arrendamentos, adotado desde 1º janeiro de 2019. Para o arrendador, são classificados os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Para tanto, no início de um contrato deve-se determinar se este é ou contém um arrendamento. O conceito de ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo específico. Ademais, o contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente.

Arrendamentos operacionais

Os arrendamentos nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Nesta classificação, as contraprestações do contrato são reconhecidas como receitas na demonstração do resultado linearmente e em consonância com a depreciação dos respectivos ativos arrendados, durante o período do arrendamento, sendo o saldo residual equivalente ao tempo de vida útil remanescente ao prazo contratual.

Na Empresa, geralmente são classificados como Arrendamento operacional os contratos de aluguel de usinas solares fotovoltaicas (UFVs) com prazo de até 50% da vida útil da UFV e construídas em terrenos sob posse da Empresa.

Arrendamentos financeiros

Os contratos em que há, além da transferência do direito de uso de ativos, a alienação substancial dos riscos e benefícios ao arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros. Nesta modalidade, quando a empresa identifica o marco temporal e contratual de transferência substancial de riscos e benefícios relativos ao bem, ocorre a data de início do arrendamento, havendo o reconhecimento inicial das contraprestações contratuais a receber pelo valor líquido de investimento, ou seja, descontado por taxa implícita, que remunera o investimento e contém o custo de formação do ativo. As receitas referentes ao componente de financiamento dos contratos são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício no decorrer do período contratual.

Na Empresa, geralmente contratos de aluguel de usinas construídas na propriedade do cliente e contratos de usina solar fotovoltaica (UFV) com prazo superior a 50% da vida útil da UFV e com penalidade de rescisão contratual em montante que remunera o valor justo do ativo são classificados nesta modalidade.

O registro dos montantes a receber dos contratos de arrendamentos financeiros, de acordo com o CPC 06 (R2) na Companhia está demonstrado abaixo:

	Controladora e Consolidado					Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas/Recebimentos	Receita financeira de arrendamento (recomposição AVP)	Transferência	
Circulante						
Arrendamentos financeiros	1.373	6.868	(7.459)	241	4	1.027
Arrendamentos operacionais	-	687	(229)	-	-	458
Total Circulante	1.373	7.555	(7.688)	241	4	1.485
Não circulante						
Arrendamentos financeiros	-	38.196	-	-	(4)	38.192
Total Não circulante	-	38.196	-	-	(4)	38.192
Total	1.373	45.751	(7.688)	241	-	39.677

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



6 Tributos diferidos

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
		Não circulante	Não circulante	Não circulante	Não circulante
		31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
PIS e COFINS	6.1		3.591		3.591
Imposto de renda e contribuição social		1.555	2.751	1.555	2.751
Total		1.555	6.342	1.555	6.342

6.1 PIS e COFINS

O montante refere-se substancialmente a ao efeito de PIS/COFINS sobre receita de Arrendamento Financeiro.

6.2 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

6.2.1 Composição

	Controladora					
	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
Natureza dos créditos						
Prejuízos Fiscais		988		562		466
Base Negativa da Contribuição Social		356		202		168
		1.344		764		634
Diferenças Temporárias						
Mais valia - CPC 15 (R1)		291				291
Instrumentos financeiros - CPC 39		477		899		(422)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)		1.309			1.292	9
Reconhecimento de receitas					6.186	(3.859)
Outras		1.482		176	108	(954)
Total diferenças temporárias		3.559		899	7.654	(4.935)
Total bruto		4.903		1.663	7.654	(4.301)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(4.903)		(108)	(4.903)	(108)
Total		-		1.555	2.751	-

	Consolidado					
	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
Natureza dos créditos						
Prejuízos Fiscais		988		562		466
Base Negativa da Contribuição Social		356		202		168
		1.344		764		634
Diferenças Temporárias						
Mais valia - CPC 15 (R1)		291				291
Instrumentos financeiros - CPC 39		477		899		(422)
Arrendamentos - CPC 06 (R2)		1.309			1.292	9
Reconhecimento de receitas					6.186	(3.859)
Outras		1.482		176	108	(954)
Total diferenças temporárias		3.559		899	7.654	(1.076)
Total bruto		4.903		1.663	7.654	(442)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(4.903)		(108)	(4.903)	(108)
Total		-		1.555	2.751	-

6.2.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais A Administração da Empresa elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Empresa estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Controladora e Consolidado					Total Não circulante
2023	2024	2025	2026	2027	
2.055	712	712	712	712	4.903

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



7 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Empresa e outras partes relacionadas, que influenciaram o exercício, estão apresentadas como segue:

	Relaciona- mento	Duração	Controladora		
			Ativo	Passivo	
			Não circulante	Não circulante	
			31/12/2021	31/12/2022	31/12/2022
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (Nota 7.1)					
Nova Geração Solar	Controle Comum	26/07/2021 a indeterminado	20		
Energia Solar I SPE	Controle Comum	26/07/2021 a indeterminado	20		
EDP Smart Serviços	Controle Comum	01/06/2021 a indeterminado		2.080	49.140
			<u>40</u>	<u>2.080</u>	<u>49.140</u>
			Consolidado		
			Passivo		
			Não circulante		
			31/12/2022	31/12/2022	
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (Nota 7.1)					
EDP Smart Serviços	Controle Comum	Controle Comum	2.080	49.140	
			<u>2.080</u>	<u>49.140</u>	

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



7.1 Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A movimentação dos AFACs realizados e recebidos no exercício é a seguinte:

	<u>Consolidado</u> <u>Passivo Não</u> <u>circulante</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	49.140
AFACs - EDP Smart Serviços	6.600
Aumento de Capital Social (Nota 16.1)	(53.660)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>2.080</u>

8 Outros créditos – Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Circulante</u>		<u>Circulante</u>	
	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Outros créditos - Ativo				
Adiantamentos	87		87	
Outros	84	181	85	184
Total	<u>171</u>	<u>181</u>	<u>172</u>	<u>184</u>
Outras contas a pagar - Passivo				
Outros	12	15	12	15
Total	<u>12</u>	<u>15</u>	<u>12</u>	<u>15</u>

9 Arrendamentos e aluguéis

Em conformidade com o CPC 06 (R2), desde 1º de janeiro de 2019, a Empresa e suas controladas efetuaram os registros dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

	<u>Controladora</u>					<u>Saldo em</u> <u>31/12/2022</u>
	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Transferên-</u> <u>cias</u>	<u>AVP</u>	
	Circulante					
Terrenos	88	1.175	(281)	286	20	1.288
	<u>88</u>	<u>1.175</u>	<u>(281)</u>	<u>286</u>	<u>20</u>	<u>1.288</u>
Não circulante						
Terrenos	801	1.642		(286)	259	2.416
	<u>801</u>	<u>1.642</u>	<u>-</u>	<u>(286)</u>	<u>259</u>	<u>2.416</u>
Total	<u>889</u>	<u>2.817</u>	<u>(281)</u>	<u>-</u>	<u>279</u>	<u>3.704</u>
	<u>Consolidado</u>					<u>Saldo em</u> <u>31/12/2022</u>
	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Transferên-</u> <u>cias</u>	<u>AVP</u>	
	Circulante					
Terrenos	609	1.175	(825)	721	20	1.700
	<u>609</u>	<u>1.175</u>	<u>(825)</u>	<u>721</u>	<u>20</u>	<u>1.700</u>
Não circulante						
Terrenos	4.608	1.643		(721)	664	6.194
	<u>4.608</u>	<u>1.643</u>	<u>-</u>	<u>(721)</u>	<u>664</u>	<u>6.194</u>
Total	<u>5.217</u>	<u>2.818</u>	<u>(825)</u>	<u>-</u>	<u>684</u>	<u>7.894</u>

Os montantes registrados no passivo encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideraram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>Terrenos</u>		<u>Terrenos</u>	
	<u>Valor</u>	<u>Taxas (%)</u>	<u>Valor</u>	<u>Taxas (%)</u>
Circulante				
2023	1.288	11%	1.700	11%
Total	<u>1.288</u>		<u>1.700</u>	
Não circulante				
2024	80	10%	454	10%
2025	72	10%	413	10%
2026	66	10%	376	10%
2027	60	10%	341	10%
2028	672	10%	928	10%
2029 até 2041	1.466	10%	3.682	10%
Total	<u>2.416</u>		<u>6.194</u>	

10 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, os investimentos na Nova Geração Solar e Energia Solar I (Nota 1.1), nas quais a Empresa tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 100% dos direitos a voto, são avaliados por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Empresa controla outra entidade. A consolidação, nas demonstrações financeiras consolidadas, cessa a partir da data em que a Empresa perde o controle da investida.

11.2 Movimentação do imobilizado

	Controladora						
	Valor líquido 31/12/2021	Ingressos	Transferên- cia para imobilizado	Deprecia- ções	Baixas	Reclassifica- ção	Valor líquido 31/12/2022
Imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	844			(54)		(790)	-
Máquinas e equipamentos	39.315		24.369	(3.072)	3.692	(23.318)	40.986
Total do imobilizado em serviço	40.159	-	24.369	(3.126)	3.692	(24.108)	40.986
Ativos de direito de uso							
Terrenos	928	2.816		(91)			3.653
Total Ativos de direito de uso	928	2.816	-	(91)	-	-	3.653
Imobilizado em curso							
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.121					(4.121)	-
Máquinas e equipamentos	52.614	2.965	(24.369)		(26.243)	53.306	58.273
Outros	21.880					(21.880)	-
Adiantamento a fornecedores	21.753				(18.556)	(3.197)	-
Total do imobilizado em curso	100.368	2.965	(24.369)	-	(44.799)	24.108	58.273
Total do imobilizado	141.455	5.781	-	(3.217)	(41.107)	-	102.912

	Consolidado						
	Valor líquido 31/12/2021	Ingressos	Transf. para imobilizado em serviço	Deprecia- ções	Baixas	Reclassifica- ção	Valor líquido 31/12/2022
Imobilizado em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	844			(54)		(790)	-
Máquinas e equipamentos	39.315		24.369	(3.072)	3.692	(23.318)	40.986
Total do imobilizado em serviço	40.159	-	24.369	(3.126)	3.692	(24.108)	40.986
Ativos de direito de uso							
Terrenos	4.937	2.816		(91)			7.662
Total Ativos de direito de uso	4.937	2.816	-	(91)	-	-	7.662
Imobilizado em curso							
A ratear	926						926
Edificações, obras civis e benfeitorias	4.121					(4.121)	-
Máquinas e equipamentos	52.614	2.965	(24.369)		(26.243)	53.306	58.273
Outros	21.880					(21.880)	-
Adiantamento a fornecedores	21.753				(18.556)	(3.197)	-
Total do imobilizado em curso	101.294	2.965	(24.369)	-	(44.799)	24.108	59.199
Total do imobilizado	146.390	5.781	-	(3.217)	(41.107)	-	107.847

12 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos, são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

12.1 Composição do intangível

	Controladora							
	31/12/2022			31/12/2021				
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2021
Administração								
Software	20,00	124	(124)	-	20,00	104	(104)	-
Total do intangível em serviço		124	(124)	-		104	(104)	-
Intangível em curso								
Software		228		228		228		228
Total do intangível em curso		228		228		228		228
Total do intangível		352	(124)	228		332	(104)	228

	Consolidado							
	31/12/2022			31/12/2021				
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2022	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2021
Administração								
Software	20,00	104	(104)	-	20,00	104	(104)	-
Total do intangível em serviço		104	(104)	-		104	(104)	-
Intangível em curso								
Software		228		228		228		228
Total do intangível em curso		228		228		228		228
Direitos Contratuais								
Nova Geração Solar Ltda.	3,20	8.098	(229)	7.869	3,20	8.725	(628)	8.097
		8.098	(229)	7.869		8.725	(628)	8.097
Total do intangível		8.430	(333)	8.097		9.057	(732)	8.325

Notas explicativas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**13 Fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	Circulante		Circulante	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Materiais e serviços	640	23.854	1.183	23.885
Total	640	23.854	1.183	23.885

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2022 na Empresa de R\$640 (R\$23.854 em 31 de dezembro de 2021) refere-se, principalmente ao fato de que no ano de 2022 não foi feita aquisição de módulos fotovoltaicos e painéis solares para aplicação nos projetos em construção como em 2021, o saldo em aberto é substancialmente devido à aquisição de materiais e serviços diversos para a construção de usinas solares e fornecedores de operação e manutenção das usinas já finalizadas.

14 Ressarcimento

O saldo em 31 de dezembro de 2022 na Controladora de R\$2.976 (R\$1.402 em 31 de dezembro de 2021), é decorrentes de estimativa de devolução aos clientes inerente a cláusulas contratuais de performance mínima de geração de energia presentes nos contratos de Operação e Manutenção das Usinas arrendadas tendo o fluxo financeiro realizado ao final do ciclo anual de apuração. Os contratos de arrendamento possuem cláusulas que indicam a produtividade anual da usina em 95% da energia contratada, sob penalidade de ressarcimento ao cliente por insuficiência de performance de geração. Desta forma, os valores aos quais correspondem a parcela a ser ressarcida ao cliente para o ciclo atual, referem-se à estimativa *pro rata temporis* baseada na diferença entre a geração mínima definida nos contratos em contrapartida a geração projetada à razão do preço por MWh do contrato.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**15 Patrimônio líquido****15.1 Capital social**

O Capital social em 31 de dezembro de 2022 totalmente subscrito e integralizado é de R\$141.011 (R\$ 87.351 em 31 de dezembro de 2021), composto de 141.011.252 quotas, com valor nominal de R\$1,00 e integralmente detidas pela EDP Smart Serviços S.A.

Em alteração do Contrato Social - ACS, realizada em 29 de abril de 2022, foi deliberado o aumento de Capital Social da Empresa no montante de R\$53.660, mediante a emissão de 53.660 novas quotas com valor nominal de R\$1,00 cada um.

A Empresa não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

16 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Empresa e suas controladas, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Empresa, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Empresa e suas controladas reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Arrendamentos financeiros e operacionais

Para os arrendamentos financeiros, as receitas referentes ao componente de financiamento dos contratos são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício no decorrer do período contratual, sendo seu reconhecimento inicial a valor justo descontado pela taxa negociada em cada operação de arrendamento separada. Já para os arrendamentos operacionais, as contraprestações do contrato são reconhecidas como receitas na demonstração do resultado linearmente e em consonância com a depreciação dos respectivos ativos arrendados, durante o período do arrendamento.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Arrendamento	16.1				
Arrendamento Financeiro		38.450	5.587	38.450	5.587
Arrendamento Operacional		7.060		7.060	
		<u>45.510</u>	<u>5.587</u>	<u>45.510</u>	<u>5.587</u>
Serviços prestados a terceiros					
Receita de operação e manutenção		396	616	396	616
		<u>396</u>	<u>616</u>	<u>396</u>	<u>616</u>
Receita operacional bruta		<u>45.906</u>	<u>6.203</u>	<u>45.906</u>	<u>6.203</u>
(-) Deduções à receita operacional					
Tributos sobre a receita					
PIS/COFINS		(4.319)	(670)	(4.319)	(670)
ISS		(23)	(14)	(23)	(14)
		<u>(4.342)</u>	<u>(684)</u>	<u>(4.342)</u>	<u>(684)</u>
Receitas		<u>41.564</u>	<u>5.519</u>	<u>41.564</u>	<u>5.519</u>

16.1 Arrendamento

A variação no exercício de 2022 refere-se substancialmente, a faturamento de um contrato com vigência de 26/08/2018 a 31/12/2045 (aditivo do qual alterou o prazo do contrato e com isso o contrato passou a ser de arrendamento financeiro (Nota 4.1), cuja a usina teve sua operação comercial autorizada pela ANEEL, sendo assim, houve o reconhecimento inicial das contraprestações descontadas pela taxa implícita quando comparado ao exercício de 2021.

17 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Empresa e suas controladas classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Empresa e nas controladas.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contempla os gastos diretamente vinculados a prestação de serviços e venda de mercadorias; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Empresa e das controladas representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, provisões judiciais e demais gastos.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

Controladora						
2022						
		Custos		Despesas Operacionais		
		De operação e manutenção	Arrendamento	Gerais e administrativas	Outras	Total
Nota						
Arrendamento Financeiro	17.1		20.617			20.617
Material			204			204
Serviços de terceiros		79	1.470	34		1.583
Depreciação - Imobilizado em serviço		3.126				3.126
Depreciação - Ativos de direito de uso		91				91
Amortização				229		229
Arrendamentos e aluguéis		512				512
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					1.935	1.935
Outras		307	886	101		1.294
Total		4.115	23.177	364	1.935	29.591
2021						
		Custos		Despesas Operacionais		
		De operação e manutenção	Arrendamento	Gerais e administrativas	Outras	Total
Material		27	168			195
Serviços de terceiros		46	806	233		1.085
Depreciação - Imobilizado em serviço		1.857				1.857
Amortização				356		356
Arrendamentos e aluguéis		582				582
Outras			2.050	18		2.068
Total		2.512	3.024	607	6.143	6.143
Consolidado						
2022						
		Custos		Despesas Operacionais		
		De operação e manutenção	Arrendamento	Gerais e administrativas	Outras	Total
Nota						
Arrendamento Financeiro	17.1		20.617			20.617
Material			204			204
Serviços de terceiros		79	1.470	(3)		1.546
Depreciação - Imobilizado em serviço		3.126				3.126
Depreciação - Ativos de direito de uso		91				91
Amortização				229		229
Arrendamentos e aluguéis		512				512
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					1.935	1.935
Outras		307	886	102		1.295
Total		4.115	23.177	328	1.935	29.555
2021						
		Custos		Despesas Operacionais		
		De operação e manutenção	Arrendamento	Gerais e administrativas	Outras	Total
Material		27	168			195
Serviços de terceiros		46	806	257		1.109
Depreciação - Imobilizado em serviço		1.857				1.857
Amortização				356		356
Arrendamentos e aluguéis		582		(14)		568
Outras			2.050	19	2.453	4.522
Total		2.512	3.024	618	2.453	8.607

17.1 Arrendamento Financeiro

A variação apresentada refere-se ao custos diretos incorridos para viabilização da usina fotovoltaica, os quais estão incluídos na mensuração inicial do investimento líquido no arrendamento e reduzem o valor da receita reconhecido ao longo do prazo do arrendamento. Dada as alterações das características através do aditivo celebrado entre as partes houve a baixa de imobilizado para o custo da empresa.

18 Resultado financeiro

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras					
Juros e variações monetárias					
Renda de aplicações financeiras e cauções	3	40	1	40	1
Juros e multa sobre tributos	5	5		5	
Outros juros e variações monetárias		217		217	
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(3)	(3)	(3)	(3)
Outras receitas financeiras		6	53	6	53
		<u>265</u>	<u>51</u>	<u>265</u>	<u>51</u>
Despesas financeiras					
Juros e variações monetárias					
Juros e multa sobre tributos	5		(15)		(15)
Arrendamentos e aluguéis	9	(279)	(77)	(684)	(270)
Outras despesas financeiras		(107)		(108)	
		<u>(386)</u>	<u>(92)</u>	<u>(792)</u>	<u>(285)</u>
Total		<u>(121)</u>	<u>(41)</u>	<u>(527)</u>	<u>(234)</u>

19 Imposto de renda e contribuição social

Para a Empresa, o imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) por meio da aplicação da alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social correntes das controladas são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado.

As controladas EDP Smart Soluções e EDP Smart SPE optaram pelo regime de caixa onde é admissível a tributação da receita bruta somente por ocasião do efetivo recebimento, enquanto a controlada EDP Smart SPE V optou pelo regime de Lucro Presumido.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro	11.482	(3.322)	11.482	(3.322)
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	<u>(3.904)</u>	<u>1.129</u>	<u>(3.904)</u>	<u>1.130</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Perdas indedutíveis		(45)		(45)
Resultados de equivalência patrimonial	(126)	(903)		
Outras	(665)	(5)	(665)	(5)
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos			(126)	(904)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	394	(208)	394	(208)
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(4.301)</u>	<u>(32)</u>	<u>(4.301)</u>	<u>(32)</u>
Alíquota efetiva	37,46%	-0,96%	37,46%	-0,96%

20 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

A Empresa e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Empresa e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

20.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

20.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Empresa:

		Controladora			
		Valor justo		Valor contábil	
Nota	Níveis	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
No reconhecimento inicial ou subsequentemente					
Caixa e equivalentes de caixa	3				
Aplicações financeiras	Nível 2	1.527		1.527	
		<u>1.527</u>	<u>-</u>	<u>1.527</u>	<u>-</u>
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	3				
Bancos conta movimento	Nível 2	1.265	43	1.265	43
Clientes	4	39.732	1.488	39.732	1.488
		<u>40.997</u>	<u>1.531</u>	<u>40.997</u>	<u>1.531</u>
		<u>42.524</u>	<u>1.531</u>	<u>42.524</u>	<u>1.531</u>
Passivos Financeiros					
Custo amortizado					
Fornecedores	13	640	23.854	640	23.854
Arrendamentos e aluguéis	9	883	889	3.704	890
		<u>1.523</u>	<u>24.743</u>	<u>4.344</u>	<u>24.744</u>
		Consolidado			
		Valor justo		Valor contábil	
Nota	Níveis	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros					
Valor justo por meio do resultado					
No reconhecimento inicial ou subsequentemente					
Caixa e equivalentes de caixa	3				
Aplicações financeiras	Nível 2	1.527		1.527	
		<u>1.527</u>	<u>-</u>	<u>1.527</u>	<u>-</u>
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	3				
Bancos conta movimento	Nível 2	1.280	54	1.280	54
Clientes	4	39.732	1.488	39.732	1.488
		<u>41.012</u>	<u>1.542</u>	<u>41.012</u>	<u>1.542</u>
		<u>42.539</u>	<u>1.542</u>	<u>42.539</u>	<u>1.542</u>
Passivos Financeiros					
Custo amortizado					
Fornecedores	13	1.183	23.885	1.183	23.885
Arrendamentos e aluguéis	9	5.074	5.109	7.894	5.219
		<u>6.257</u>	<u>28.994</u>	<u>9.077</u>	<u>29.104</u>

20.1.1.2 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Empresa e suas controladas avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

- **Custo amortizado**

Se a Empresa e suas controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

Se a Empresa e suas controladas, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

- **Valor justo por meio do resultado (VJR)**

Se a Empresa e suas controladas possuem um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Empresa e suas controladas desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

20.1.1.3 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Empresa e suas controladas também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



20.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Empresa e suas controladas projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Empresa, da controlada e da contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Empresa e de suas controladas que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para aos estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dos Empréstimos e financiamentos e Arrendamentos e aluguéis diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Clientes: são mensurados por meio do modelo de precificação aplicado pela Empresa, levando em consideração os fluxos futuros de recebimentos, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio da análise de retorno de investimento WACC. Desta forma, o valor de mercado de um recebível corresponde ao seu valor de recebimento trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

(ii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados.

20.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Empresa e das controladas. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa e de suas controladas, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

20.2 Gestão de riscos

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota Norma de Gestão de Riscos desde 2006. A Governança está consolidada e definida através de uma Política de Gestão de Riscos Corporativos, Taxonomia e as diretrizes da sua metodologia formalizadas na Norma e Procedimento de Riscos Corporativos. Estes documentos foram atualizados no exercício de 2021, aprovados no Comitê de Auditoria e Conselho de Administração e possuem revisão e atualização periódica pré-definida pela equipe de Estrutura e Eficiência. Importante destacar que o Processo de Gestão de Riscos está baseado em metodologias reconhecidas no mercado, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ISO 31.000 (Gestão de Riscos).

Ainda, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento ao modelo de três linhas de defesa, o Grupo EDP - Energias do Brasil mantém segregadas as funções de Controles Internos e Compliance, e as de Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo corporativo de Gestão de Riscos, contempla a Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, a qual é composta por duas Gerências Executivas (Excelência de Segurança do Trabalho e a de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio) e uma Gerência Operacional (Saúde Ocupacional). A área de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade de Negócio tem como missão o gerenciamento integrado dos riscos e resposta rápida a eventos disruptivos que possam impactar os negócios do referido Grupo.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota um modelo descentralizado de gestão, em que as diretrizes e a metodologia são definidas pela área Corporativa de Gestão de Riscos, Crise e Continuidade do Negócio e o acompanhamento e monitoramento são realizados pela Governança, com os nomeados donos dos riscos. A área corporativa de Gestão de Riscos realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises aos quais os negócios e operações estão sujeitos, atuando como facilitadora no processo de GRC (Governança, Riscos e Compliance), auxilia na identificação, classificação, avaliação, mensuração, implementação de ações específicas para mitigação ou eliminação dos riscos, via mecanismos de defesa ou planos de contingência, bem como, no gerenciamento dos riscos. Este Gerenciamento tem como objetivo assegurar que os diversos eventos inerentes a cada uma das áreas da Empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, que toma as providências que julgar cabíveis. Esse trabalho contínuo da equipe de Gestão de Riscos junto à primeira linha de defesa, permite que seja feita uma reavaliação da Taxonomia das Categorias de Riscos, bem como da atualização da Matriz Corporativa de Riscos, pelo menos, anualmente.

O monitoramento da gestão de riscos desenvolvido nas áreas corporativas e unidades de negócio garante aderência dos processos e controles internos às normas nacionais e internacionais, e agrega valor aos negócios por meio da consolidação de políticas e estratégias alinhadas com o planejamento de negócios da Empresa. Em alinhamento a essa condução da avaliação do ambiente de controle, o Grupo EDP - Energias do Brasil segue diretrizes de Governança, com Comitês de Riscos periódicos, conduzidos pela Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança, com a participação dos executivos locais e a gestão de riscos Global EDP - Energias de Portugal S.A.

O Grupo EDP - Energias do Brasil adota a prática de identificar, analisar, tratar e monitorar os riscos, considerando a atualização do Mapa e Matriz de Riscos Corporativos baseado em riscos já conhecidos, tratados ou em tratamento, assim como para novos riscos identificados ao longo do ciclo corrente que permitem gerar visões consolidadas e comparativas para avaliação de forma colegiada pela Liderança e com aprovação nas instâncias de governança (Reuniões de Diretoria e Comitê de Auditoria). Os Riscos Corporativos estão classificados em quatro componentes: (1) Estratégico; (2) Negócio; (3) Financeiro e (4) Operacional, e desdobrados em 56 categorias.

21 **Demonstrações dos Fluxos de Caixa**
21.1 **Atividades de financiamento**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

Nota	Controladora					Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2021	
			Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas		
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Arrendamentos e aluguéis	9	889	(281)	279	2.817	3.704
Acionistas não controladores						
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	7.1	49.140	2.080		(49.140)	2.080
Capital social	15.1	87.351	4.520		49.140	141.011
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		137.380	6.319	279	2.817	146.795

Nota	Controladora					Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2020	
			Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas		
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Arrendamentos e aluguéis		896	(84)	77		889
Acionistas não controladores						
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		-	49.140			49.140
Capital social		76.750	10.618		(17)	87.351
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		77.646	59.674	77	(17)	137.380

Nota	Consolidado					Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2021	
			Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas		
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Arrendamentos e aluguéis	9	5.217	(825)	684	2.818	7.894
Acionistas não controladores						
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	7.1	49.140	2.080		(49.140)	2.080
Capital social	15.1	87.351	4.520		49.140	141.011
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		141.708	5.775	684	2.818	150.985

Nota	Consolidado					Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Efeito não caixa		Saldo em 31/12/2020	
			Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ baixas		
Aumento (diminuição) de passivos financiamento						
Arrendamentos e aluguéis		5.142	(195)	270		5.217
Acionistas não controladores						
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC		-	49.140			49.140
Capital social		76.750	10.618		(17)	87.351
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		81.892	59.563	270	(17)	141.708

21.2 **Transações não envolvendo caixa**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Constituição de arrendamentos e aluguéis no Imobilizado	2.816		2.816	
Provisão de fornecedores dos ativos de Imobilizado		20.140		20.140
Total	2.816	20.140	2.816	20.140

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**22 Compromissos contratuais e Garantias****22.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2022 a Empresa e suas controladas apresentam os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Empresa, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Empresa.

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	2023	2024 e 2025	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	383		383	
Obrigações de compra				
Materiais e serviços	1.760	171	1.931	12.559
	<u>2.143</u>	<u>171</u>	<u>2.314</u>	<u>12.559</u>

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	Controladora e Consolidado			
	31/12/2022		31/12/2021	
	2023	2024 e 2025	Total geral	Total geral
Responsabilidades com locações operacionais	370		370	
Obrigações de compra				
Materiais e serviços	1.699	181	1.880	12.246
	<u>2.069</u>	<u>181</u>	<u>2.250</u>	<u>12.246</u>

23 Eventos subsequentes**23.1 Definição STF sobre os limites da coisa julgada**

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu pela possibilidade de interrupção automática dos efeitos de decisão transitada em julgado favorável ao contribuinte, na hipótese em que a Suprema Corte decidir em sentido contrário pela via do controle concentrado de constitucionalidade ou em repercussão geral, em relações jurídicas tributárias de trato sucessivo, cuja decisão ainda pode ser objeto de recurso.

A Empresa não possui discussão sobre a constitucionalidade da CSLL, além de não ter sido identificadas em análise preliminar eventuais outras decisões transitadas em julgado que foram objeto de modificação de entendimento pelo STF. Ainda, a Administração da Empresa segue avaliando eventuais demais consequências desse julgamento.

* * *

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor-Presidente

Diogo Franzon Baraban
Diretor

Stella Maris Moreira Fuão
Diretora

Nuno Motta Veiga Rebelo de Sousa
Diretor

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos
(Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor Executivo de Contabilidade e Custos
Contador - CRC 1SP271964/O-6